

# Raízes

Vol. 27, Nº 1, jan. – jun./2008

Trabalho recebido em 10/03/2009  
Aprovado para publicação em 22/05/2009

## DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INTERSEÇÕES POLÍTICAS

Delma Pessanha Neves

### RESUMO

No artigo, analiso encontros, desencontros e readequações de concepções de prática política que presidem os modos de objetivação dos atos de descentralização administrativa, especialmente a partir de programas sociais que se objetivam em plano municipal. Os dados empíricos nos quais apoio a reflexão estão restritos a respostas oferecidas a questionários encaminhados a prefeitas eleitas para a gestão 2001-2004, nos respectivos municípios dos estados da região Nordeste do Brasil. Privilegio, analiticamente, questões associadas às propriedades de posição e condições sociais subjacentes a atuação de mulheres no exercício da gestão municipal, contrapondo-me a reificações que valorizam as lutas em torno da desigualdade de gêneros como vetor da expansão do número delas nesse cargo do exercício público.

**Palavras-chave:** gestão municipal, programas sociais, relações de gênero, família e parentesco, formação profissional

## ADMINISTRATIVE DECENTRALIZATION AND POLITICAL INTERSECTIONS

### ABSTRACT

In this article I analyze convergences, divergences and adaptations of political practices conceptions which rule objectification ways of administrative decentralization deeds, specially taking into account social programs implemented in cities spheres. Empirical data in which I support my reflexions are narrowed to answers given to questionnaires I sent to elected female mayors (to 2001-2004 periods) in cities of Northeast Brazil. My analytical focus is a set of questions related to gender position of those subjects, arguing against reifications that value fights related to gender inequalities as a vector of the increase in the number or women occupying public political positions.

**Key Words:** Municipal manager, social programs, gender relations, family and relative, professional formation

---

**Delma Pessanha Neves.** Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia e pesquisadora do CNPq vinculada ao Departamento de Antropologia, ambos da Universidade Federal Fluminense.  
E-mail: delmapneves@gmail.com

---

Este texto foi inicialmente escrito para exposição de reflexões na mesa redonda *O velho e o novo na esfera política local (emergência da sociedade civil: novos atores)*, atendendo à solicitação dos organizadores do *Seminário Internacional Sociedades e Territórios no Semi-Árido Brasileiro: em busca da sustentabilidade*, ocorrido no ano de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em parceria com o CIRAD – Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, *campus* de Campina Grande, naquele contexto pertencente à Universidade Federal da Paraíba.

As reflexões aqui reorganizadas, para efeitos de correspondência ao gênero artigo, incidem sobre a demonstração de algumas questões ressaltadas pelas diferentes concepções de política, constitutivas de modos de objetivação da descentralização administrativa e de políticas sociais na esfera municipal. Limite, tal qual na primeira versão, a reflexões em torno de municípios da região do semi-árido e valho-me de dados obtidos através de informações estatísticas e de respostas sistematizadas em questionários encaminhados a prefeitas em exercício entre 2001-2004. Para tanto, analiso as propriedades e condições sociais subjacentes à presença e atuação das mulheres como prefeitas, tentando fugir das representações do senso comum sobre desigualdades de gênero, próprias à luta que vem assegurando a expansão do número de mulheres na política municipal<sup>1</sup>. Considero tais representações como parte da eficácia da ação política e/ou da criação de estratégias para deslocar monopólio de poder pelos homens<sup>2</sup>.

No pleito que conferiu legitimidade e legalidade ao exercício do cargo de prefeita para a gestão 1993-1996, o Brasil continha 4.972 municípios (região Norte – 398, região Nordeste – 1.557, região Centro-Oeste – 426, região Sudeste – 1.533 e região Sul – 1.058)<sup>3</sup>. Neste pleito fo-

ram eleitos 4.801 prefeitos e 171 prefeitas, tendo especial destaque a região Nordeste, onde 92 mulheres assim se consagraram. Na gestão 1997-2000, houve um aumento do número de municípios, abarcando 5.505 (região Norte – 449, região Nordeste – 1.786, região Centro-Oeste – 445, região Sudeste 1.666 e região Sul – 1.159). Dos ocupantes do cargo, 5.201 eram do sexo masculino e 304, do sexo feminino. A proporção de mulheres eleitas se alterou de 3,4% no primeiro pleito para 5,5% no segundo.

No pleito que foi considerado pela pesquisa (de 2000, para a gestão 2001-04), o Brasil contava com 5561 municípios (região Norte – 449; região Nordeste – 1792; região Centro-Oeste – 463; região Sudeste – 1668; e região Sul – 1.189). Os eleitores consagraram, através do voto, 3244 prefeitos e 317 prefeitas (ver tabela em anexo)<sup>4</sup>. A distribuição das opções dos eleitores quanto aos campos de construção de alternativas de inserção das mulheres como prefeitas se repete. O predomínio continua presente nos municípios da região Nordeste (149 prefeitas). Todavia, se o número de prefeitas eleitas é considerado em termos proporcionais, na gestão 1993-1996, as regiões Norte e Nordeste se destacaram. No primeiro caso, 4,7% dos municípios eram governados por prefeitas e, no segundo, 5,9%. Na próxima gestão (1997-2000), o crescimento mais expressivo da presença de mulheres neste cargo ocorre na região Centro-Oeste, cuja proporção se desloca de 2,5% para 6%. A região Nordeste, mesmo contendo expressividade em termos de números absolutos, desloca-se de 5,9% para 8,5%.

Diversas questões, que aqui não posso ressaltar, foram tomadas como referências importantes para análise<sup>5</sup>. Enfatizo apenas que procurei entender os depoimentos apresentados pelas prefeitas alcançadas e que aceitaram responder ao questionário, sem me deslocar do princípio de que os processos vividos pelas mulheres, mesmo

<sup>1</sup> Sobre a problemática sociológica emergida com os estudos sobre gênero, valho-me das contribuições apresentadas por Laufer et alii, 2001; Muel-Dreyfus, 1996; Sineau, 1988.

<sup>2</sup> A pesquisa teve por objetivo analisar alguns aspectos das mudanças decorrentes desta (ou por esta) própria luta, indicando alguns dos seus efeitos e alguns dos bloqueios inerentes a este específico jogo de concorrência. Trouxe à tona algumas das formas de construção e ampliação da visibilidade da presença das mulheres na esfera pública e no campo político partidário e estatal I. A consulta ao documento geral sob a forma relatório pode ser obtida na biblioteca do IBAM-Rj; Neves, Delma Pessanha – As mulheres na política municipal. As prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. PROLID – Programa de Apoio à Liderança e Representação da Mulher do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas/ Área de Desenvolvimento Econômico-Social do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, mimeo, 2002.

<sup>3</sup> O acesso das entrevistadas ao cargo se concentra na gestão 1997/2000, mas entre elas, essa presença se inicia na gestão 1982/1986.

<sup>4</sup> Excetuando Distrito Federal e Fernando Noronha.

<sup>5</sup> As análises sobre desigualdade de gênero e especialmente na política são vastas. Na pesquisa, amparei-me nas contribuições de Araújo, 1998 e 2001; Barsted, 2002; Blay, sem data; Grossi et alii, 2001; Sineau, 1988; Tabak, 1982; Toscano, 1982.

que denotativos de mudanças, têm a ver com os modos de dominação vigentes e com as condições de concorrência no campo político. Em consequência, procurei entender as situações em que se produzem os condicionamentos para reprodução de modos de dominação e de deslocamento, ainda que dentro deste mesmo quadro. Assim referenciada, procurei também compreender como os deslocamentos no mundo da política devem parte de seus efeitos a fatores externos, como a liberação de jogos personalizados e a concentração da população urbana, a profissionalização das mulheres. Mas também à emergência de diversos movimentos fundadores de demandas por direitos, de igualdade formal de condições de vida, bem como movimentos associativos que constroem múltiplas outras identidades, inclusive aqueles decorrentes de políticas sociais. Estas políticas sociais recorrentemente visam responder a demandas por serviços públicos para a família, concebida pela ênfase da mulher como responsável pela reprodução social das novas gerações.

Esses fatores foram considerados fundamentais à compreensão das condições como as prefeituras (que explicitaram suas opiniões) vivem as relações na esfera política. Como as relações não são transparentes, procurei então me cuidar para não cair no artificialismo, segundo o qual os fatos sociais podem ser compreendidos e explicados pelo mero esforço intelectual. Mesmo porque este estudo das condições de acesso à posição social de prefeita pelas mulheres (por limites institucionais, financeiros e burocráticos) fundou-se na unilateralidade ou na parcialidade desse ponto de vista.

As condições para realização da pesquisa foram insuficientes. Todavia, não se pode reduzi-la ao decálogo de preceitos técnicos ou se aprisionar a pressupostos metodológicos fundamentais à situação ideal. Em não sendo ideal a situação de pesquisa, este limite não pode ser escamoteado, mas incluído como parte das interpretações. Diante das dificuldades para construir o sistema de relações a partir do qual as entrevistadas se expressaram, mesmo que essa expressão não possa ser reduzida às intenções declaradas, alguns dados a respeito da construção de imagens que referendaram atitudes, opiniões e aspirações puderam ser considerados sob o cuidado de não cair em objetivismos. Sob essa perspectiva, quero então levantar questões sobre as condições de formata-

ção da descentralização administrativa, especialmente no tocante às políticas sociais.

## 1. A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O PODER MUNICIPAL

A descentralização administrativa refere-se ao aspecto político-institucional que decorre de decisões restritas à forma de organização da sociedade e da administração pública no trato das políticas e dos programas. Funda-se na transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades. Em alguns casos, confere capacidade de decisão e autonomia de gestão para essas unidades territoriais de menor amplitude e escala. Sob este ideário, advoga uma efetiva mudança da escala de poder, conferindo às unidades sociais e políticas situadas em territórios municipais capacidade de escolhas e definições sobre prioridades, diretrizes de ação e gestão de programas e projetos.

No Brasil, uma das vertentes da descentralização é a definição do município como unidade de execução de políticas públicas (municipalização dos mecanismos de intervenção pública)<sup>6</sup>. Trata-se, portanto, de descentralização dependente, associada ao repasse de recursos das instâncias superiores para as unidades hierarquicamente inferiores, mas segundo formatação, periodicidade, hierarquização, objetivos e problematizações definidas pelas primeiras. Distancia-se assim de sua fundamentação teórica, que advoga a ampliação dos espaços e das formas de participação política. Por isso mesmo, vem sendo criticada por sua aplicação de forma irregular, desordenada e desconexa, tratando recorrentemente de forma bastante desequilibrada o repasse de responsabilidades e de recursos, com gritantes distorções na gestão da coisa pública. Alegam seus críticos que os municípios não estão preparados para ocupar o papel de promotor do desenvolvimento local e para a construção de novas condições sócio-econômicas e institucionais. Como o plano socialmente reconhecido como poder local tende a se constituir enquanto exercício vitorioso de uma das facções políticas, fundamentadas em relações de caráter mais personalizado, alega-se que os administradores municí-

<sup>6</sup> Ver Brasileiro, 1973; Bremaeker, 1990 e 1993; Cavallieri, 1979; Gonçalves, 2000; Meirelles, 1993; Moura et alii, 2001; mas também Veiga, 2001 e 2002 e Wanderley, 2001, para a caracterização de municípios menos populosos.

pais não estão dotados do saber e da tradição para aplicar instrumentos de planejamento. E assim sendo, estão expropriados do conhecimento e controle sobre os princípios de formatação da base técnica construída em outros campos de saber e poder. Outrossim, não podem contar com a liberdade financeira necessária à implantação de uma estratégia de desenvolvimento, sendo obrigados, sob pena de criminalização, a seguir as restritas definições de acesso e aplicação de recursos segundo lógicas que não concordam ou não são por eles reconhecidas como adequadas.

Estas limitações, entretanto, não são suficientes para a reordenação de diretrizes que venham a reafirmar o modo faccional de organização política e a transformação de recursos públicos em benefícios pessoais. Pelo contrário, os administradores locais ou líderes de facção podem assim contar com o financiamento público de ampla rede de cabos eleitorais erigidos em professores, merendeiras, motoristas, barqueiros, agentes de saúde, líderes comunitários. A precarização do serviço público, a contratação temporária e dissimulada dos trabalhadores municipais – inclusive pela preterição do concurso, elemento constitutivo dos preceitos que definem o servidor – estimulam a criação dos mecanismos de pressão por expansão do quadro de pessoal, da circularidade, da instabilidade e da dependência e adesão plena do suposto funcionário ao chefe, erigidos em instrumentos compensatórios da insegurança assim instituída.

Todavia, não se pode perder de vista os efeitos deste acesso a rendimentos referentes à prestação de serviços. Ele dinamiza a economia local e facilita a circulação de alternativas e formas de inserção para segmentos mais amplos da sociedade local<sup>7</sup>.

A política de descentralização administrativa que vem sendo colocada em prática a partir da Constituição de 1988, tem se constituído em objeto de estudo por diversos pesquisadores. Estes autores vêm tentando caracterizar a amplitude e a eficácia dessa reforma, compondo um respeitável acervo bibliográfico<sup>8</sup>. Um dos pontos de consenso entre eles é o reconhecimento do caráter redistributivo da renda e da riqueza produzidas nas cidades, a partir dessa organização institucional. E especialmen-

te porque a descentralização vem se aplicando através de um leque de políticas sociais voltadas para a educação e a saúde (Santos Júnior, 2001: 19-20).

Como o universo de municípios considerados neste texto se caracteriza majoritariamente pela baixa faixa populacional e por atividades econômicas restritas e, em consequência, baixa capacidade de arrecadação e constituição de fundos financeiros públicos, quase todos estão contemplados pelas políticas públicas federais que se dirigem à execução em plano local. Porém, as dificuldades burocráticas para acesso aos recursos são grandes. As demandas devem ser fundadas em planejamentos, planos de trabalho e controle dos trâmites da hierarquização institucional. Além daquelas inerentes ao encaminhamento dos projetos e dos planos de trabalho para integração nos programas, a gestão municipal deve estar enquadrada numa série de pré-requisitos e obediência ao novo modelo da boa administração pública, deve satisfazer a inúmeros preceitos legais. Alguns desses pressupostos nem sempre são passíveis de serem atendidos por municípios que dependem de transferência de recursos e do fundo de participação municipal. Nas condições de atendimento de serviços públicos básicos, destaca-se a rarefação e a recorrente ausência de instituições, muitas vezes o quadro de funcionários, não contando com profissionais melhor dotados em termos de instrução formal, mais universal ou menos paroquial.

Segundo Jacobi (1999), a objetivação das políticas de descentralização vem sendo desejada por dotar as prefeituras de recursos e por assegurar legitimidade aos cargos de prefeito e secretário municipal. No entanto, o que se coloca em questão é a propugnada possibilidade de ampliação dos direitos e de participação cotidiana dos cidadãos na gestão pública, além da implantação da autonomia da gestão municipal. Advoga então este autor:

Existem também argumentos funcionais relacionados com a irracionalidade e inadequação dos projetos globalizantes de planejamento e da necessidade de reverter esse processo, a partir de uma readequação da organização territorial da cidade.

Na medida em que a descentralização representa uma opção política e uma possibilidade concreta de que os cidadãos tenham uma

<sup>7</sup> Torna-se importante destacar que a descentralização tem sido ainda efetivada através da transferência de prestação de serviços e competência para as Organizações não governamentais, as cooperativas, os sindicatos, etc, situação, contudo, mais presente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

<sup>8</sup> Não tendo sido possível, no curto período da pesquisa, incorporar bibliografia tão vasta, citaria, pelo reconhecimento da contribuição para elaborar este texto: Boschi (1999); Lavinias (2000); Ribeiro et alii, 1996; Santos Júnior, 2001; Souza (2001); e Tomio, 2001.

maior participação na vida política municipal, o desafio neste contexto de transição política é estabelecer novas regras de convivência entre Estado e Município, onde a participação social possa assumir um estimulante papel de reforço da construção de novas formas de representação, organização e cooperação na gestão da vida municipal.

Por outro lado, é necessário que da sociedade civil surjam interlocutores coletivos – grupos comunitários, movimentos sociais – que tornem possível uma participação ativa e representativa sem que o Estado exija quaisquer tipos de dependência administrativa e financeira, rompendo com os procedimentos autoritários, populistas ou clientelistas.

O objetivo principal deve ser o de viabilizar de maneira mais direta e cotidiana o contato entre os cidadãos e as instituições públicas, de forma a possibilitar que estas considerem os interesses e as concepções político-sociais no processo decisório (1999:32).

As defasagens entre a retórica e a prática são então ressaltadas, indicando as decalagens entre a realidade imaginada ou desejada, um vir a ser e as insatisfações ou negações das relações de poder e da organização social no plano das unidades político-administrativas responsáveis pelo exercício da descentralização. Nestes termos, propõe então Jacobi para constituição da sociedade desejada segundo os objetivos atribuídos à política de descentralização:

Duas parecem ser as condições fundamentais para viabilizar a participação popular: a existência de organizações populares com certa presença em nível local e a ocupação de cargos políticos do Município por parte de partidos ou indivíduos favoráveis à mesma. No caso das Administrações petistas, esta última condição precisa passar pelo complexo caminho que conduz da retórica partidária à prática concreta.

A importância do desenvolvimento da participação direta reside na potencial incorporação de grupos sociais e de valores socioculturais diferentes dos que prevalecem nos órgãos públicos. Entretanto, não devem ser desconsideradas as contradições que podem surgir no processo, seja quanto à formação de um duplo poder, seja quanto às interferências de caráter político-clientelista da Administração, seja quanto ao controle de instâncias decisórias pelos grupos mais ativos e consolidados, em detrimento dos setores mais excluídos, e que encontram nos mecanismos de participação direta uma primeira forma de reconhecimento dos seus interesses” (Jacobi, 1999: 34).

Pesquisadores que têm se dedicado de forma sistemá-

tica ao estudo da política no âmbito municipal e da importância que as eleições aí se revestem, têm ressaltado a importância dos alinhamentos pessoais. Palmeira (sem data), destacando a associação entre período das eleições e política, destaca:

“(...).Trata-se de período que, para além dos resultados eleitorais, é decisivo no realinhamento social dessas populações. Numa situação em que mais do que os partidos pesam as facções, em que o voto não é, via de regra, uma escolha individual mas um empreendimento familiar de “localização social”, as eleições são o pretexto para a redefinição de pertencimentos e a definição de fidelidades.....As eleições para cargos estaduais e federais tendem a funcionar nos municípios pequenos e médios (e aqui me parece que funciona mais o tamanho do que o ser rural ou urbano) como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais.

E, neste caso, amparando-se também em resultados de pesquisa de outros autores, adverte:

Não se trata simplesmente de contrapor relações informais a relações formais, as primeiras ocupando uma posição intersticial ou suplementar face às relações “corporadas”, mas de ver como certas relações fundadas na reciprocidade, geradoras de obrigações entre pessoas, se articulam com as relações institucionais, vinculadas ao exercício de papéis sociais preexistentes, e como ambas se influenciam mutuamente, sem perder de vista, para efeitos de análise, a linha divisória que as separa.

Essas relações pessoais podem dispor-se simplesmente em redes sociais, mas podem dar lugar a comunidades, onde o forte sentimento de pertencer está associado à luta por ser igual, ou, nos termos de um autor que estudou aldeias europeias (Bailey, 1971:3) onde “a pequena política da vida cotidiana de cada um está referida a reputações, a ter um bom nome, a evitar a desqualificação social” (Palmeira, sem data: 1-2).

As análises aqui desenvolvidas voltam-se para esses pontos de interseção, investindo na contraposição aos pressupostos de que a descentralização possa ser operada por via de mão única. A partir das considerações destacadas para alguns municípios da região Nordeste e da integração de ideários que se apresentam sob roupagens de modernização, pretendo desenvolver algumas reflexões sobre o encontro das duas formas de organização do poder: a legal-burocrática e a personalizada. Estes ideários de modernização incorporam não só a valoriza-

ção dos recursos financeiros transferidos para o exercício de políticas sociais, mas também de como eles vêm legitimando a incorporação de mulheres na política partidária, considerando serem elas melhor dotadas de atributos para lidar com os meios asseguradores da reprodução física e social (educação e saúde) e do exercício de mediação entre dois segmentos dicotomizados: os políticos e o *povão*. Vale então destacar que algumas das prefeitas contactadas, cujos municípios administrados se localizam na região Nordeste, investiram na correção dos termos apresentados no questionário encaminhado pela equipe de pesquisa. Diante do destaque que apontei para organizações formais e informais, advertiram-me sobre o reconhecimento de “outra instituição” nos termos em

que elas apontaram. Salientaram a ausência de uma categoria por elas julgada fundamental: “o *povão*”, cujos significados por elas destacados serão posteriormente considerados.

## 2. AS PREFEITAS NA REGIÃO NORDESTE

Das 148 prefeitas eleitas nos municípios da Região Nordeste, apenas 27 atenderam ao convite para participar da pesquisa, respondendo ao questionário. Pelas informações prestadas, elas construíram o acesso à posição de prefeitas contando com os seguintes atributos sociais:

Idade	Faixa populacional do município						Estados						Nº de Prefeitas	
	- 5	5-10	10-20	20-50	50-100	100 e +	AL	BA	CE	MA	PB	PE		PI
30-39 Total		X						X						1
				X				X						1
		X										X		1
			X									X		1
				X					X					1
					X							X		1
		X											X	1
	1	2	2	1		1		2	1			3	1	7
40-49 Total		X							X					1
				X					X					1
			X									X		1
		X			X								X	1
			X						X					1
				X				X						1
		X											X	1
	1	3	1	4			2	1	1	3		1	1	9
50-59 Total		X							X					1
				X				X						1
				X								X		1
			X										X	1
			X						X					1
			X						X					1
		X								X				1
	X							X				X	1	
	3	3	4				2	3	2		1	3	3	10
70 e + Total			X						X					1
			X							X				1
TOTAL	2	8	8	9			2	4	5	5	1	5	5	27

Da grande maioria das prefeitas dessa região que participou do diálogo constituído através do questionário, 17 delas atingiu o nível superior de ensino, exceto uma, que não o concluiu<sup>9</sup>. Seis entrevistadas alcançaram o ensino médio completo e duas o incompleto. Apenas uma frequentou o sistema de ensino no nível fundamental completo.

Das 17 prefeitas que concluíram o ensino superior, cinco optaram por medicina; quatro, por direito e uma em cada formação profissional a seguir listada: administração de empresas, história, letras, engenharia elétrica, pedagogia e odontologia (duas delas não esclareceram este tipo de opção).

Entre estas 17 prefeitas com grau superior de formação escolar, três concluíram o curso de mestrado em administração, em gestão municipal e em gerenciamento de cidades. A prefeita que não concluiu o curso de nível superior havia optado por matemática. Dentre todas, apenas seis alcançaram o nível de instrução correspondente em sistema de ensino privado.

Vinte e cinco delas são católicas, com socialização familiar neste tipo de afiliação. Uma define-se como protestante, outra como kardecista e outra pela inexistência de vínculo religioso. A protestante, hoje com 56 anos, passou individualmente por processo de conversão do catolicismo aos 34 anos de idade; e a kardecista, com os familiares, aos 4 anos de idade.

Não há registro significativo de processos migratórios vivenciados por essas prefeitas da região Nordeste que participaram deste processo de construção de conhecimento sobre as condições sociais de acesso ao cargo. No estado da Bahia, há dois casos de migração interestadual, com decurso de longo tempo. No estado do Ceará, há três casos da mesma ordem, exceto a prefeita que na ocasião do levantamento de dados contava com 75 anos de idade, mas que há 30 havia migrado do Espírito Santo. No Maranhão, há um caso de migração interestadual. Em Pernambuco, três casos da mesma ordem, com período de tempo de migração oscilando entre 7 e 38 anos. No Piauí, duas das 5 prefeitas vivenciaram processos de migração interna há 5 e 19 anos. Uma delas, há 8 anos se transferiu de município do Estado de Pernambuco. Dessas experiências migratórias, apenas 4 as viveram individualmente. As demais, com a família.

O itinerário profissional de tais prefeitas coloca em relevo a importância do vínculo de trabalho no setor público para criação de pré-condições favoráveis à pretensão política em jogo. Essas pré-condições facilitadoras ocorrem especialmente no desempenho de funções na área de prestação de serviços, tanto como professora, como médica, dentista e funcionária de assembléia legislativa. Desta condição, algumas participaram de cargos comissionados como diretora de escola, de hospital e secretarias de governo municipal, uma delas tendo exercido o cargo de prefeita. Seis delas exerceram cargos funcionais no setor privado, como professora (1), médica (1), advogada (1), auditora (1) e jornalista (1).

Quanto ao estado civil, duas são solteiras, quatro são desquitadas, uma viúva. Todas as demais casadas permaneceram na primeira relação conjugal, exceto uma que contraiu esta relação por duas vezes e outra por três. Os modelos mais recorrentes de composição familiar incidem sobre a família conjugal nuclear – com ou sem filhos.

Os esposos das prefeitas que mantiveram o vínculo conjugal e que responderam ao questionário neste item, estão filiados produtivamente nas seguintes principais funções: advogado (2), médico (3) e políticos partidários (6). A despeito da variação e da dispersão, pode-se concluir que a construção da carreira política das mulheres casadas tende a ser facilitada quando as experiências profissionais do casal são construídas no domínio do serviço público.

### 3. FORMAS DE ENGAJAMENTO POLÍTICO

Da análise dos depoimentos das prefeitas que aceitaram a participação na pesquisa, procurei depreender três campos de alternativas para a construção de itinerários políticos. Estes campos se inter cruzam. Eles devem ser compreendidos como arenas de acumulação de recursos, saberes e legitimidades, propiciadores de deslocamentos, cuja desenvoltura permite o trânsito entre elas: a) sucessão política, coadjuvação e complementação do acesso ao cargo pelos homens; b) profissionalização e politização de competências; c) militância em movimentos de reordenação do social.

<sup>9</sup> Sete delas se identificaram como pardas, uma como negra e as dezenove demais como brancas.

### 3.1 SUCESSÃO, COADJUVANÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DO ACESSO AO CARGO PELOS HOMENS

A maior parte dos depoimentos destaca os modos de reconhecimento das afiliações político-familiares. Eles exemplificam, de formas diversas, a divisão familiar do trabalho político e, nesta modalidade de construção de carreira, o monopólio do poder pelos homens. Esta participação secundarizada é, do ponto de vista das prefeituras, válida por si mesma, porque expressa a dignidade do pertencimento e da manutenção do patrimônio familiar, colocado em causa por fatores diversos. Este reconhecimento e reprodução do patrimônio são ordenados no contexto da vida familiar, mas configurados no contexto do espaço político-partidário.

Algumas prefeitas ocupam esta posição para dignificar o familiar falecido, tanto por morte natural como por morte decorrente dos acirramentos das competições por cargos políticos. Exemplificando, transcrevo o depoimento de uma delas.

Não tinha idéia de ser política, mas tiraram a vida do meu esposo com seis meses de mandato de prefeito, no mesmo município. O povo me apresentou como prefeita e eu disputei as eleições com os assassinos do meu esposo. Estou sendo eleita pela segunda vez (40 anos, segundo grau, também prefeita 1992-1996. Eleita atualmente pelo PDT, em concorrência com outros três candidatos, para administração de município de 5-10 mil habitantes, AL).

Outras prefeitas estão no exercício do cargo para assegurar a substituição provisória do familiar interdito, pela legislação eleitoral ou *sub-judice*, e se preservar na posição. Algumas das prefeitas reivindicaram o reconhecimento de uma vocação tardia, descoberta na ajuda ao familiar ou na reprodução ampliada do capital político familiar. Diante de sua socialização pela divisão de competências tradicionais segundo diferenciação social de gênero, couberam-lhes gestões do assistencialismo e das trocas expressivas do sentimentalismo, que reafirmam a desigualdade objetivada no acesso ao cargo político.

A maior quantidade de depoimentos incide sobre a reivindicação da legitimidade do acesso ao cargo a partir do papel maternal tradicional. As funções evocadas sustentam-se em qualidades para a interligação, a disponibilidade, a compaixão e o devotamento a *problemas soci-*

*ais*. Acentuam o estigma da mulher provedora de todas as misericórdias porque dotadas de sentimento maternal naturalizado<sup>10</sup>. A generalização de políticas sociais referenciadas à compensação de carências tende assim a ampliar os espaços para o exercício das tradicionais virtudes femininas.

Entretanto, estas alegações, uma vez reconfirmadas, permitem o deslocamento da definição da entrada na política, para dar continuidade à vontade ou à carreira do outro para honrar a memória do falecido e preservar o seu prestígio. Menos que transgressão consentida, como os depoimentos ressaltam, a substituição do papel do político pela sucessora-herdeira é um dever imperioso. Neste caso, a forma de entrada na política é a incorporação ou a encarnação da notoriedade familiar. Sob esta configuração se destacam as imagens construídas pelas prefeitas da região Nordeste.

“Como já fui primeira dama, acabei por me apegar com o povo de..., através de trabalhos sociais. Em 1996, resolvi, com o apoio da minha família e dos meus amigos, candidatar-me à prefeita. Hoje, reeleita, sou a única mulher no poder executivo do município de ...” (75 anos, terceiro grau, funcionária do legislativo, prefeita pelo PSD entre 1996 e 2000, eleita atualmente pelo PSD, em concorrência com três outros candidatos, para administração de município de faixa populacional entre 20-50 mil habitantes, CE).

“Sempre trabalhei em comunidade, logo me escolheram, fui primeira dama entre 1989-1992 e meu marido foi o prefeito neste período” (52 anos, segundo grau, ex-primeira dama municipal 1989-1992, eleita pelo PSB, em concorrência com dois outros candidatos, para administração de município de faixa populacional entre 5-10 mil habitantes, MA).

“Desde criança sempre me identifiquei com o trabalho junto às pessoas carentes. Meu pai foi o primeiro prefeito eleito do município, exerceu o mandato de prefeito por duas vezes” (45 anos, licenciatura em letras, pós-graduação em Gestão Municipal, secretária municipal entre 1978-1984, vice-prefeita entre 1997-2000, filha do primeiro prefeito do município, eleita atualmente pelo PFL, em concorrência com outro candidato, para administração de município de faixa populacional entre 10-20 mil habitantes, PE).

“Desde o ano de 1982, na campanha de prefeito do meu marido, fui tendo contato com o povo e fiz um trabalho como primeira dama no qual me dediquei muito e daí surgiu a idéia de me candidatar” (41 anos, segundo grau, prefeita entre 1993-1996, deputada entre 1998-2000, eleita atualmente pelo PFL, em concorrência com um

<sup>10</sup> Ver Laufer et alii, 2001; Muel-Dreyfus, 1996; e Sineau, 1988, na abordagem dessas formas de representação social.



outro candidato, para administração de município de faixa populacional até 5 mil habitantes, MA).

“Quando exerci o cargo de secretária municipal de saúde e primeira dama do município no período de 1989-1992 ...” (46 anos, médica, secretária de saúde, conselheira municipal, primeira dama municipal entre 1989-1992, eleita atualmente pelo PFL em concorrência com um outro candidato para administração de município de faixa populacional entre 20-50 mil habitantes, MA).

Por fim, segundo algumas das prefeitas de municípios da região Nordeste que aderiram à participação na pesquisa, elas se lançaram na carreira política por corresponderem a estratégias de seleção de familiares, diante do reconhecimento de competências e atributos adequados ao exercício do cargo, dos quais, os homens da família, se existiam, se apresentavam desprovidos:

“Com o desmembramento de Esperantina em 1995 para a formação do novo município de (...) do PI (de 300 km<sup>2</sup>) – nossa família residente na Fazenda (...) a 1.000m da nova cidade – com a maioria da população, discordou dos novos candidatos à prefeitura/vice, lançados para então prefeito de (...), apoiado também pela igreja católica e buscou uma chapa de oposição ...” (59 anos, pedagoga, funcionária pública, prefeita entre 1996-2000, eleita pelo PMDB, em concorrência com um outro candidato, para administração de município de faixa populacional entre 5-10 mil habitantes, PI).

No exercício do cargo, as mulheres, mesmo reproduzindo o capital familiar, constroem carreira política própria:

“Sendo eleita pela segunda vez, entrei na política pela primeira vez em 1997, devido meu marido ter sido prefeito. O povo recorreu ao meu nome pelo crédito político dele. Já pela segunda vez, foi a necessidade de dar continuidade ao meu trabalho, que a comunidade fez com que eu aceitasse a reeleição” (48 anos, administradora de empresa, primeira dama municipal entre 1989-1992, eleita atualmente pelo PSD, em concorrência com outro candidato, para administração de município de faixa populacional entre 5-10 mil habitantes, CE).

### 3.2 PROFISSIONALIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Os depoimentos considerados para a caracterização

deste modelo de alternativas de inserção das mulheres na atividade política realçam as qualidades pessoais das entrevistadas e secundarizam o papel dos grupos de pertencimento. Estes grupos de pertencimento podem ser os familiares. Contudo, eles são deslocados do primeiro plano de afiliação. Neste caso, enfatiza-se a incorporação de atributos para a construção de carreira própria ou da imposição para a permanência no campo.

Nessas situações, as imposições são atribuídas à vontade popular. Elas são sempre evocadas para caracterizar a disponibilidade de prestação de serviço ao outro, para negar as ambições pessoais que, se explicitadas publicamente, são desqualificadas neste campo de concorrência. Esta vontade popular é abstratamente reconhecida, construída e atribuída ao *povo*, à *população*, ao *povoão*; ou a decisões institucionais emanadas dos afiliados ao partido de pertencimento, em atenção às respostas a serem conquistadas nas urnas.

De qualquer forma, muitos dos casos considerados para a região Nordeste revelam que o reconhecimento das competências para o exercício do cargo político é conquistado no exercício de outra profissão, geralmente vinculada a prestação de serviços e à construção da clientela<sup>11</sup>. Mesmo se políticas por procuração, como coadjuvantes, algumas mulheres constroem a legitimidade da pretensão pelo exercício de cargos vinculados às instituições de prestação de serviços – públicos ou privados –, sendo raras as exceções.

– Competências reconhecidas no exercício de funções e cargos públicos e na construção de clientelas (professora, médica, odontóloga, advogada, parteira, etc.).

“Na minha primeira eleição, eu trabalhava como odontóloga e me relacionava com muitas pessoas as quais, simpáticas à minha pessoa, lançaram a idéia de nos candidatar-mos” (51 anos, odontóloga, prefeita do município entre 1982-1986 e 1996-2000, eleita atualmente pelo PFL, em concorrência com dois outros candidatos, um deles mulher, para administração de município de faixa populacional entre 10-20 mil habitantes, PI).

“Desde 1981, ingressei na política para disputar meu primeiro mandato, por aclamação das mães de (...), que me tinham como parteira dos seus filhos” (75 anos, segundo grau incompleto, agente dos Correios, eleita atualmente em concorrência com dois outros candidatos pelo PFL, para administração de município de faixa populacional entre 10-20 mil habitantes, PB).

<sup>11</sup> Nas outras regiões, há prefeitas que destacam as competências reconhecidas no exercício da militância político-partidária ou no exercício da gestão empresarial.

– Competências reconhecidas no exercício de coordenação de projetos institucionais como ONG's, clube de serviços, instituições assistenciais e filantrópicas:

“No consultório, com os constantes pedidos dos munícipes” (33 anos, médica, diretora de ONG de 1996-2000, eleita atualmente pelo PFL, em concorrência com um outro candidato, para administração de município de faixa populacional entre 10-20 mil habitantes, BA).

“A idéia não partiu de mim, mas da população, pois sempre fui muito ligada ao trabalho voluntário” (55 anos, professora, prefeita entre 1988-1992, eleita atualmente pelo PSDB, em concorrência com outro candidato, para administração de município de faixa populacional de 20-50 mil habitantes, CE).

Nesse modo de construção das condições para inserção política das mulheres é fundamental o aprendizado de propriedades para auto-exaltação, onde a questão da feminilidade deve ser encarada tanto por reafirmações como por desconstruções. Nesta contraposição, as prefeitas em foco polarizam alegadas motivações instintivas ou sensíveis àquelas racionais ou lógicas; ou reivindicam para si atributos culturalmente referidos aos homens. De qualquer forma, neste campo, a exaltação de propriedades qualificadas como naturais é ato de legitimação das propriedades opostas às atribuídas aos concorrentes. Diante da consagração da sensibilidade às práticas femininas, o pressuposto é a atribuição de racionalidade não-humana, pecado, neste campo, atribuído aos homens.

Por conseguinte, estes sistemas de representações, que agregam idéias, imagens, sentimentos, opiniões e crenças tidas como verdadeiras, visam dar sentido e valor a concepções de política, de visão da realidade e a práticas administrativas contrapostas.

A natureza feminina que, nestes termos, aparece consagrada no mundo da política, é propriedade de um grupo social que, por motivos diversos, erige-se, neste contexto, para operar mudanças legitimadas pela construção de um modelo que, em sendo considerado exemplar, passa a ser imposto aos outros. Ela opera então como crítica aos homens políticos. Exaltada para exercício de função normativa, ela legitima a suposta transgressão. E, aos homens, para reprodução da hegemonia, impõe a incorporação da crítica ou a adesão, publicamente teatralizada como plena. As virtudes celebradas pelas mulheres tornam-nas duplamente eleitas, para os cargos políticos e para a condição de paradigma comportamental ou moral da humanidade e do campo político partidário e administrativo.

### 3.3 MILITÂNCIA EM MOVIMENTOS DE REORDENAÇÃO DA VIDA SOCIAL

A análise do depoimento da prefeita que fala de seu ingresso na política por opção individual, diante de um engajamento participante, demonstra como ela constitui minoria. Revela como se diferenciam as práticas segundo as condições de afiliação, agora consideradas pela participação no partido, condição que permite a prefeita advogar para si a função transgressora e transformadora dos sistemas de hierarquia da sociedade.

As imagens pelas quais ela se vê e quer ser reconhecida acentuam a adesão a um projeto coletivo e sua militância passionária. Estas imagens vão ao encontro daquelas difundidas pelo partido que a acolheu, cujos componentes elaboram as proposições para transgressão de papéis sexuais, inclusive pela defesa e objetivação de políticas de cotas. É o partido que conta, estando as mulheres a serviço de uma ideologia política institucionalizada e reivindicada como concorrente à hegemonia. Neste caso, o fato de ser mulher é altamente positivo e o sentimento de transgressão pela mulher é negado ou minimizado. Contudo, a recorrência desta condição de acesso é mais provável nas grandes ou médias cidades, geralmente capitais, como é o caso aqui considerado:

(O acesso ao cargo se deu) ... “Como consequência da atuação política partidária, além da expressiva afinidade com o povo de (...). (A candidatura fora orientada por)... Compromisso com os interesses fundamentais da imensa maioria da população, envolvimento dos cidadãos na definição de prioridades, transparência e ética na gestão pública, redobrado empenho no exercício das ações administrativas e unidade das forças políticas que compõem o governo... Nossa plataforma de campanha foi construída a partir do envolvimento de diversos segmentos da sociedade local (moradores, intelectuais, técnicos, artistas, sindicalistas, estudantes, políticos), que se reuniram várias vezes e formularam propostas factíveis para as áreas de interesse e atuação da administração municipal, enquanto os concorrentes não tiveram a mesma preocupação e, particularmente, a situação se ateve a promessas continuísta e de caráter nitidamente fisiológico e demagógico. Além disso, temos uma postura de crítica ao modelo econômico, social e político imposto ao país. Somos contra a política neoliberal, os outros não” (36 anos, engenheira, militante partidária, deputada estadual entre 1998-2000, eleita atualmente pelo PC do B, em concorrência com quatro candidatas, sendo duas mulheres, para administração de município de faixa populacional superior a 100 mil habitantes, PE).

#### 4. AS PREFEITURAS: RECURSOS EXISTENTES, CARÊNCIAS RECONHECIDAS E VIABILIDADES PROJETADAS

Neste item, com base nas informações disponíveis no questionário – isto é, segundo a relevância das provocativas homogeneidades e das evidentes heterogeneidades das respostas, tentarei caracterizar o ponto de vista das prefeitas (da região Nordeste que participaram da pesquisa) sobre as prefeituras que administram, a ação política por elas lideradas. Para tanto, vou considerar as formas pelas quais elas caracterizam as potencialidades a serem geridas para o encaminhamento da prática de administração municipal. E para tanto, primeiramente enfatizo os modos de constituição do apoio político para a candidatura e para o desempenho do cargo.

##### 4.1 AS BASES SOCIAIS E POLÍTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Na escolha das alternativas de respostas, as prefeitas que participaram do questionário atribuíram mais valor aos apoios obtidos mediante relações informais ou personalizadas e menos à estrutura institucional estatal ou partidária. A maioria delas, como já demonstrei, constituiu a carreira política a partir da posição ocupada na família e na parentela, agregação fundada em afiliações por consangüinidade e afinidade, mas revestida de atribuições políticas para interferência e controle nos cargos de poder e decisão. No entanto, das 27 participantes, apenas 12 delas incorporaram este apoio através de familiares que exerciam cargos políticos. Dos movimentos associativos, têm destaque aqueles organizados a partir de associações de bairros ou moradores (18 casos) e de associações religiosas (15 casos). Complementarmente, algumas delas contaram com apoios advindos de associações profissionais, tanto formais (10 casos) como informais (9 casos). Ressalta-se ainda a importância da agregação, da legitimidade e da visibilidade política, advindas do pertencimento a Clube de Mães (11 casos)<sup>12</sup>. Essas respostas indicam a crescente importância do caráter político das micro-formas de organização social.

Se elas preferem, publicamente, valorizar os apoios de familiares sem cargos políticos, reconhecem o papel socializador e referenciador do pai, do esposo ou do irmão na iniciação no mundo da política. Contudo, investem

no reconhecimento da autonomia do desempenho do cargo. Talvez, por esta razão, optaram por atribuir maior peso às redes de apoio que, mesmo nesta condição, pessoalmente conquistaram.

Todavia, não só por esta razão. Suas posturas devem ser compreendidas no contexto das relações sociais subjacentes à vida política e em especial em municípios menos populosos, como é o caso da maioria por elas administrada.

A análise dos apoios políticos conquistados no exercício do cargo de prefeita pelas prefeitas aqui consideradas, faz ressaltar um dos importantes desdobramentos em termos de inserção de mulheres no cargo de decisão pública. Independentemente de elas serem inseridas em secretarias cujas funções abarquem as tradicionais atividades de reprodução social a elas atribuídas, este fato só faz realçar as condições da construção da legitimidade para as pretensões de deslocamento da hegemonia até então assegurada aos homens. E tanto é que, na análise dos itinerários das prefeitas, pode-se realçar a constituição do capital político, mas também de certa autonomia frente aos homens, dos quais elas aparecem como coadjuvantes no campo da política, mas exercendo atividades profissionais em que guardam o monopólio: assistência social e educação. Estes desdobramentos são explicitados na crescente inserção em atividades profissionais hierarquicamente concebidas como mais racionais e, por isso mesmo, mais atinentes aos homens: administração, contabilidade e finanças, obras, urbanismo e meio ambiente.

Distribuição de cargos de secretárias ocupados por mulheres na região Nordeste, gestão 2001-2004.

Secretarias	Número de mulheres no cargo
Assistência Social	23
Educação	20
Saúde	8
Administração	8
Obras/Urbanismo	4
Governo	3
Fazenda/Finanças	4
Agricultura	5
Meio Ambiente	3
Cultura, turismo e desporto	1
Chefia de Gabinete	1

<sup>12</sup> Nesta região, os apoios obtidos por clube de serviços, empresas de setor privado e ONGs nacionais são relativamente inexpressivos. Não há distinção nas características deste apoio segundo diferenciação da faixa populacional desses municípios e do nível de sua urbanização.

A redistribuição antes representada ainda contém indicadores de reprodução de papéis tradicionais. E, por este reconhecimento, também o crescimento da participação relativa das mulheres em espaços públicos. Entretanto, estes dados não são por si sós fundamentos de análise. Conforme adverte Garcia, é o próprio processo de entrada das mulheres em espaços de que estavam excluídas que deve ser investigado. O estudo das modalidades deste ingresso pode ser revelador do sentido em que se alteram (ou reafirmam) as divisões entre atividades femininas e masculinas, mundo doméstico e mundo ex-tradoméstico, espaço privado e espaço público. Ou ainda: como as categorias sociais e culturais instituidoras das diferenças sexuais ou de relação de gênero são reelaboradas e se transformam, quais são os traços de continuidade ou descontinuidade com relação aos padrões sociais vigentes em momentos anteriores?” (Garcia, 1992: 84).

#### 4.2 AS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS E A INFRAESTRUTURA MUNICIPAIS

Seja pelas limitações impostas ao diálogo, quando ele se funda na imposição de questões colocadas pelo pesquisador, seja porque, no plano das reivindicações do exercício da cidadania e do direito aos serviços básicos, as questões se tornaram obrigatórias, o fato é que há uma recorrência de identidade de pontos de vista e perspectivas entre as prefeitas, independentemente do partido a que estão vinculadas. Além disso, não há, como diversos cientistas políticos já apresentaram, discordância radical na linha partidária e programática de partidos políticos como o PMDB, o PSDB, o PFL e o PPB, todos partidos, no contexto em foco, de sustentação do governo federal e posicionados em acordo quanto às soluções e à hegemonia de determinadas definições dos problemas econômicos e sociais. Além disso, os representantes do governo federal na ocasião, não permitiam a construção de legitimidades na criatividade programática de partidos de oposição. Quase todas as proposições eram incorporadas pelos programas federais, que, ao fim e ao cabo, formatavam, em plano nacional, as mesmas definições de *problemas sociais*, de modos de encaminhamento de resolução provisória, razão pela qual o ideário das gestões municipais termina por se uniformizar.

Há unanimidade na avaliação das carências e das prioridades na prestação de serviços sociais, abarcando educação e cultura, ensino pré-escolar, ensino fundamental,

promoção social, saúde e segurança pública. Apenas seis entrevistadas apontaram para a necessidade prioritária de serviços de recreação pública. A avaliação da insuficiência dos equipamentos para atendimento de serviços infra-estruturais, foi da mesma forma recorrente no que tange à limpeza pública, à construção de estradas municipais, à expansão do sistema de energia elétrica e de esgoto. Esta avaliação negativa da defasagem entre oferta e demanda, diminui para o sistema de abastecimento de água e para construção de cemitérios, ainda que todos estes serviços tivessem sido instalados em administrações anteriores.

Além dos citados, as entrevistadas almejam a expansão dos serviços de comunicação e transporte, especialmente a telefonia, desejada por todas, e o transporte coletivo, bem como o serviço de correios.

As prefeitas consideraram fundamental expandir os investimentos já realizados no tocante à constituição de feiras livres e mercados (12 casos), de fomento agropecuário (8 casos) e instalação de matadouros (16 casos).

Havia um registro extremamente recorrente quanto à ausência de empresas do setor privado (22 casos), de organismos não-governamentais nacionais e internacionais (26 casos), do sistema S (SEBRAE, SENAI, SENAC) (12 casos), de universidades (10 casos) e de reivindicação de maior presença do governo estadual (7 casos), abarcando prefeituras cuja prefeita estava filiada ao PSDB, ao PFL, ao PSB e ao PMDB. As prefeitas consideraram que administravam contando com apoio decisivo dos conselhos municipais e do governo federal.

Elas destacaram a agropecuária como potencialidade fundamental na maioria dos municípios, mas consideraram que os recursos que compõem o patrimônio de equipamentos agrícolas da Prefeitura são insuficientes para encaminhar políticas que assegurem esta forma de desenvolvimento. Em certos casos, havia referência à inadequação das formas de comercialização. Algumas das prefeitas (6) ressaltaram como fatores limitativos, a concentração da propriedade da terra e apenas uma delas a minifundização.

#### 5. A MUNICIPALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A CIDADANIA TUTELADA

Tentarei sistematizar algumas indicações sobre a amplitude da implantação formal da reforma institucional

brasileira, caracterizada pela descentralização das políticas públicas, no que tange a delegação de decisões e transferência de recursos financeiros para os municípios. Não tive condições de avaliar a eficácia prática e acompanhar mudanças nas arenas decisórias, bem como considerar a composição dos agentes nelas integrados. A atenção ao itinerário profissional desenhado por algumas prefeitas, revela como estas novas instâncias de negociação, especialmente os conselhos municipais, estavam sendo incorporadas como espaços sociais de constituição de capital político. E também espaços de construção de formulações de projetos, que vinham contando ou podendo construir a adesão dos eleitores.

As formas de organização e encaminhamento de interesses partilhados através da representação política têm sido destacadas pela constituição de conselhos municipais. O exame da recorrência dos conselhos instituídos e instalados nos municípios (sob análise neste texto) revela que as políticas sociais compensatórias foram melhor incorporadas. A adesão ou a expansão do acesso aos recursos, em se tratando de municípios cuja contrapartida financeira ao aporte de recursos federais e estaduais recebidos é nula ou diminuta, constituíram reivindicação de todas as prefeitas que responderam ao questionário.

Em consequência, as demandas correspondem a questões obrigatórias no campo de inserção dos municípios na integração de políticas públicas e a mesmices retóricas. Estes espaços de inserção de demandas, constituídos por novas instituições, são também espaços de produção de novas representações e de posições, mas representações e posições autorizadas e, por isso mesmo, obrigatórias; ou referências para lutas políticas, conquistas consecuentes e novas disputas.

É o caso da supervalorização do discurso participati-

vo, muitas vezes superdimensionado nas campanhas eleitorais, com vistas a fazer crer as intenções de mudança na estrutura administrativa e as contraposições ao clientelismo e ao patrimonialismo. Na prática, contudo, as relações cotidianas com as administrações públicas têm permanecido intocáveis<sup>13</sup>.

Seja pela recorrência de *déficits* orçamentários e restrições de fontes de arrecadação em destaque pelos critérios de seleção dos municípios aqui em jogo, seja pela constrição de uma agenda de questões, reconhecidas como portadoras da legitimidade para conquista de direitos, as políticas sociais vêm impondo visões homogeneizadoras de *problemas sociais*. Em consequência, as formas de objetivação das políticas têm se caracterizado por práticas cuja contradição ultrapassa o caráter constitutivo da vida social, sinalizando, por vezes, forças centrípetas subjacentes.

Há uma forte centralização política, como demonstram a orientação por modelos únicos (tanto no plano de concepção como do atendimento de critérios financeiros e de jurisdicização) e a recorrência de demandas técnicas. As considerações, mesmo que breves, revelam, de imediato, o perfil das burocracias públicas fomentadoras dos encaminhamentos e dos modos como as políticas chegam aos municípios. Estas exigências são de tal ordem que deputados federais vêm se empenhando em socializar conhecimentos e superações de dificuldades, inclusive de empresas intermediárias de prestação de serviços que, nesta esteira, se constituíram (Ver Manual de obtenção de recursos federais para municípios. Orientação aos prefeitos (sem intermediação de terceiros). Câmara dos Deputados, João Sampaio, Deputado Federal, Brasília, 2001)<sup>14</sup>.

São então destaque em todos os municípios: Conse-

<sup>13</sup> Para uma análise dessas questões, ver Ribeiro e Santos Júnior, 1996: 23-27.

<sup>14</sup> Em verdade, como afirmam Ribeiro e Santos Júnior, a retórica não corresponde ao formato institucional que está sendo de fato colocado em prática.

“... a substituição da concepção do Estado do Bem-Estar Social pelo da sociedade do bem-estar social. Voltamos às representações do social da filantropia moralista do século XIX. No bojo, como nem todo pobre é um bom pobre, reaparece o tema das *classes perigosas*.”

A difusão do tema da pobreza também produz efeitos despolitizadores em razão da substituição da representação das camadas populares como sujeitos sociais por outras onde elas passam à condição de objetos sociais.

(...)

O termo parceria tem sido utilizado em um novo contexto político-intelectual, no qual aponta-se para dois aspectos: a necessidade de buscar na iniciativa privada os recursos que hoje faltam na esfera política e, o mais importante, para as supostas vituosidades alocativas do mercado em contraposição ao mecanismo estatal” (Ribeiro e Santos Júnior, 1996: 26). Como efeito desse novo cenário, o discurso em torno das virtudes do municipalismo tornou-se quase inquestionável. No entanto, considerando a realidade brasileira, restam ainda muitas dúvidas sobre a capacidade de uma reforma aqui empreendida gerar transformações nas esferas de governo local, de modo a que este constitua um governo democrático e um instrumento de promoção da justiça social e da cidadania” (pp.23-27).

lho de Alimentação Escolar, Conselho de Assistência Social e Conselho de Saúde. Em seguida, aparece o Conselho Tutelar, instalado em onze municípios e regulamentado em três outros, estando ausente em onze deles. Três municípios contam com um Conselho de Combate e Erradicação da Pobreza; e nove deles com Conselho de Distribuição de Alimentos.

Os demais conselhos são mais rarefeitos. Há doze conselhos de Desenvolvimento Rural instalados e mais dois regulamentados; há quatro Conselhos de Trabalho e Renda instalados e três regulamentados; há três casos de Conselho de Proteção ao Patrimônio Público, dois Conselhos de Urbanismo e Meio Ambiente e um Conselho de Orçamento. Dada a recorrência de municípios de baixa faixa populacional, os conselhos instalados, em grande parte, devem-se a preceitos institucionais de aplicação de programas federais.

No setor de prestação de serviços culturais e esportivos, o Conselho de Educação está instalado em 14 municípios e regulamentado em 6 outros deles. Há apenas um caso de regulamentação de Conselho de Esporte. No tocante aos conselhos vinculados à política de direitos sociais, o mais recorrente é o de Direitos das Crianças e Adolescentes, instalado em 12 municípios e regulamentado em 6 outros. Há 3 casos de instalação do Conselho de Cidadania e Segurança Pública, com outro apenas regulamentado. E, por fim, há um caso de regulamentação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa da Terceira Idade.

Os programas federais de redistribuição de renda estão bastante presentes nos municípios considerados na região Nordeste. Os programas vinculados à promoção social mais difundidos são: Alvorada (22 casos), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (22 casos), Programa de Saúde da Família (24 casos), Comunidade Ativa (6 casos), Bolsa-escola (4 casos), Bolsa-alimentação (2 casos), Bolsa Nutricional do Idoso (1 caso), Agente Jovem (2 casos), Sentinela (2 casos), Programa de Saúde Pública (1 caso), Programa de Apoio à Criança (2 casos), Programa Ciranda Criança (2 casos) e Programa Roda Moinho (1 caso). Estes programas são mais incidentes nos municípios de menor faixa populacional.

Quanto aos programas de geração de emprego e renda, têm destaque o Programa Nacional de Fomento da Agricultura Familiar (25 casos), o Programa de Geração de Emprego e Renda (15 casos), o Programa de Renda Mínima (8 casos), o Programa de Reforma Agrá-

ria (5 casos), o Banco do Povo (4 casos) e o Banco da Terra (6 casos).

Há registro de assentamentos rurais em sete desses municípios. Excetuando um caso de criação em 1985 e outro em 1998, todos os demais tiveram seu registro de criação considerado a partir do ano 2000.

## 6. AS MULHERES, AS POLÍTICAS SOCIAIS E O *POVÃO CARENTE*

No bojo da análise da interseção entre políticas de descentralização administrativa e poder municipal exercido por prefeitas, quero afinal tecer algumas considerações a respeito da definição das relações diretas ou imediatas. Elas se contrapõem ao ideário que preside a constituição dos conselhos municipais ou da representação delegada.

As entrevistadas reafirmam a legitimidade dos objetivos transformadores de que se pensam portadoras. E o fazem pela crítica generalizada a um modelo hegemônico de prática política referente aos princípios de ação constituídos pelo ponto de vista dos homens. Apresentam-se como credenciadas à transformação das regras e práticas do campo político, tentando demonstrar, para os homens políticos e seus apoiadores, a capacidade e a competência de que são dotadas para constituir a *boa e correta* política. Esta atribuição é requerida mesmo nos casos em que desses mesmos homens sejam coadjuvantes; ou se lancem candidatas pela preservação do patrimônio político familiar por eles sucessivamente construído.

Portanto, ao se lançarem candidatas à entrada ou à manutenção no campo político, elas se apresentam colocando em questão a prática política dos homens na posição de prefeitos. Na reivindicação de reconhecimento das condições de igualdade de participação, as mulheres põem em debate as crenças que orientam o carreirismo político ou o monopólio das posições. Algumas delas denunciam o próprio discurso político. Ora ele, por este ponto de vista crítico, é considerado verborrágico, porque defasado de uma prática. Ora ele é considerado ilusório, porque sustentado em promessas vãs, cujo efeito é denegrir a ação política *tout court*. A esta desmoralização muitas delas pretendem se apresentar por correção de rota.

Por conseguinte, é desta contraposição que algumas delas se apresentam como portadoras de redimensiona-

mento da vida pública, de competência para o desempenho dos cargos eletivos e de decisão coletiva. A crítica mais veemente refere-se à prática desconectada da realidade, defasada das aspirações da opinião pública, distanciada da vontade popular, especialmente daqueles que são politicamente expropriados de canais de encaminhamento de demandas, genericamente e anonimamente reconhecidos como *povo*, *povão* etc. Mas esta defasagem se funda no irreconhecimento de problemas redimensionados pela importância atribuída à reprodução social: saúde, educação, atenção materno-infantil. Enfim, também modos de profissionalização de diversas tarefas que lhes eram tradicionalmente atribuídas.

Em conseqüência, as mulheres exaltam a importância das formas participativas de conhecimento de demandas e as contínuas aberturas de comunicação com os munícipes. Caracterizam sua gestão municipal pela interligação pessoal, pois se valem da visita domiciliar ou aos bairros, do cumprimento de mão, do afago, do abraço, da conversa de pé de ouvido, do conhecimento dos espaços sociais menos enobrecidos, para, pela cumplicidade dos sentimentos internalizados pelo enfrentamento das carências, fazer aparecer o leque de soluções e a condição de porta-voz.

Esta forma de engajamento sustenta-se então numa denúncia constante aos egoísmos derivados do puro exercício do jogo político, contraposto a um obreirismo ou a uma ação imediata. A crítica à ambição e ao carreirismo político dos homens é especialmente legitimada se elaborada por aquelas mulheres que, como novatas, integram-se à arena política. Só elas se pensam capazes de merecer crédito ao elaborar esta crítica; ou perturbar as estratégias de concorrência aos cargos por este questionamento. Elas ainda não trazem no seu *curriculum* o acúmulo de mandatos e a longevidade no exercício do poder, enfim, o profissionalismo político que criticam para abrir portas e denegrir os estabelecidos ou enraizados no campo<sup>15</sup>. Se não for esta a condição, devem investir no controle do comportamento e na demonstração do cumprimento das promessas, para poder reproduzir esta espécie de discurso construído pelo ponto de vista feminino, mas tendo em

vista o descrédito do masculino.

Assim sendo, é o jogo político em que elas se inserem que passa a se constituir em objeto de crítica, aí incluindo o questionamento dos recursos e dos instrumentos utilizados: discursos, rituais, retóricas, clientelismos abomináveis se exercidos pelos que se encontram estabelecidos – ou por esta forma pretendem se estabelecer – no campo político. Os contatos imediatos se apresentam como únicos meios, segundo elas, para, de fato, dar continuidade à escuta e se manterem conhecedoras das necessidades dos eleitores/munícipes, maciçamente categorizados como *carentes*. Assim se reproduzindo, as mulheres, nesta arena política institucional e partidária, anunciam-se como missionárias pregoeiras da condição feminina naturalmente portadora da boa virtude, nessa concorrência, erigida em dogma.

Nesses termos, a proposição de um novo estilo de prática política funda-se num sistema de acusações referenciadas a uma nova moralidade. Devendo investir sistematicamente no cuidado com os falsos passos e com a difamação, riscos que elas exacerbam ao entrar no campo denunciando os vícios que reconhecem, elas se antecipam como arautos de uma moralidade que, por força da concorrência fundada na desigualdade de gênero, se lhes impõe. Entretanto, em conseqüência, também se impõe sobre os que, reconhecendo a correspondência dos discursos delas com os de quem se posiciona pela condição de expropriado das condições de influência sobre decisões, de excluído das verdadeiras direções da prestação de serviço pelo Estado, não querem se colocar sob tais critérios de julgamento. Por isso, muitos homens que ocupam cargos políticos e se lançam candidatos apressam-se em incorporá-las, antecipam-se na demonstração pública da adesão a esta nova moralidade portadora de outra visão de mundo e do universo da política, isto é, moralidade que as mulheres em concorrência acenam<sup>16</sup>.

Reivindicando-se portadoras da melhor proposição de resoluções ou de formas de minorar os sofrimentos e mazelas populares, anunciam-se guerreiras diante de *problemas sociais*. Os *problemas sociais*, categoria generica-

<sup>15</sup> Para esta análise, apoio-me nas interpretações apresentadas por Bourdieu (1989).

<sup>16</sup> Eis então um dos motivos pelos quais as mulheres vêm sendo tão assediadas à posição de vice. Em sendo demonstração pública da cumplicidade de certos homens políticos com os princípios morais que algumas das mulheres reivindicam como inerentes à singularidade de sua posição social (secundarizada) e de sua condição (de diferente culturalmente), também se funda na reprodução desta mesma posição e desta reificada condição. Portanto, reproduz ainda o papel de companheira de bastidores ou camarins.

mente tratada para se referir às carências concernentes aos grupos populares desprovidos de serviços públicos básicos, aparece como questão dotada de significados universais e ahistóricos. Valendo por si mesma, é apresentada sem a ressemantização própria ao universo local. Por isso, por vezes incorpora significados construídos em outros contextos, sem permitir a compreensão dos fatores e das situações locais que possam qualificar a *criança de rua*, o *trabalho infantil*, o *desempregado* etc.<sup>17</sup>

A maior parte das prefeitas, em nome do obreirismo publicamente comprovado no exercício de atividades do voluntariado filantrópico ou do intervencionismo assegurado pela condição de primeira dama, consideram-se no exercício da missão de servir ao próximo. E reivindicam o reconhecimento do eterno feminino ou da inerente e singular forma de amor, de que só elas, mães ou, para este exercício, biológica e culturalmente vocacionadas, estão autorizadas ao desempenho.

Em quaisquer dos casos, está em jogo uma concepção de política como atividade de prestação de serviços, cujo acesso constitui instrumento de mediação do reconhecimento da cidadania. E se a política é concebida como um serviço público, é da competência acumulada como primeira-dama, gestora de escola, postos de saúde, ambulatórios, ONG's, clube de mães, associações religiosas, que as mulheres podem se apresentar como mais preparadas e adequadas ao cargo<sup>18</sup>.

Independentemente do partido político a que a maioria se encontra filiada, elas assumem a retórica intervencionista e solidária propugnada pelo governo federal, nos contextos da publicidade das ações emanadas das políticas sociais e de promoção de emprego e renda que vêm sendo implementadas<sup>19</sup>. Quase todas as prefeitas comungam das mesmas percepções da atribuída realidade como *locus* das mesmas carências e, por consequência, como portadora de *problemas* (por exemplo, o uso das expressões *a dura realidade*, *a realidade mesmo*), de semelhantes soluções<sup>20</sup>. Elas incor-

poram, assim, o reconhecimento de *problemas sociais* que foram politicamente constituídos para integrarem agendas da ação estatal, mas mediante investimentos políticos destinados à inclusão de segmentos específicos associados às mazelas das precárias condições de vida nas grandes cidades ou nas metrópoles. Em sendo questões obrigatórias, as legitimidades estão dadas por outros campos de concorrência e referência, devendo então as prefeitas, nesses termos, anunciar com galhardia, a exaltação de sua pronta adesão. E da necessidade da determinação para *correr atrás* ou contar com meios facilitadores deste acesso, inclusive pelo tipo de filiação partidária. Tornam-se, então, questões obrigatórias cujos significados estão dados e naturalizados: sustentabilidade, geração de emprego e renda, apoio à agricultura familiar, desenvolvimento de turismo, artesanato etc. Contudo, também por princípio de realidade e de julgamento, ao lado destas questões, aparecem as velhas carências acumuladas: instituições e programas de saúde, constituição ou expansão da rede escolar em diversos graus, instalação ou ampliação de rede de água, esgoto, saneamento e energia elétrica, construção de habitações populares.

Das questões aqui aventadas, poder-se-ia pensar que não é a ampliação da entrada das mulheres na política que permite a exaltação dos *problemas sociais*. Ao contrário, é a inscrição desses problemas na agenda política que autoriza o desempenho das mulheres na gestão de programas políticos, transferidos aos municípios, mas segundo formatação geral pelo governo federal. Longe de se engajarem na objetivação de projetos alternativos, elas são mobilizadas à adesão e à obrigatória realização de projetos e programas concebidos externamente. Estes projetos e programas reafirmam o domínio de competência das mulheres na reprodução social, na redenção da moralidade ou reconversão dos ideais de solidariedade, inclusive com sua ação complementar para deslocá-los para o estado prático.

<sup>17</sup> Para uma análise do processo de implantação do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e um debate sobre os significados negativos universalizados à qualquer forma de trabalho de crianças e jovens, ver Neves, 1999.

<sup>18</sup> Esta concepção de política assumida por diversas das prefeitas indiretamente entrevistadas, é também destacada por Sineau (1988), analisando a participação das mulheres na política estatal e partidária francesa. E para a relação entre modos de pensamento, de comunicação e de orientação prática, que evidencia a interseção entre idéias e ações, consagradas em formas diversas de institucionalização, ver Douglas, 1998, de cuja leitura beneficiei-me para a análise aqui apresentada.

<sup>19</sup> Para a análise deste processo, ver Neves, 1999.

<sup>20</sup> Em outro texto, enfatizei a análise do processo de constituição da *realidade* como problema e razão do privilegiamento das reivindicações politicamente elaboradas, mas referida à construção da região *Norte Fluminense*, estado do Rio de Janeiro. Ver Neves, 1997.



## BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Clara – Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, volume 6, n. 1, 1998: 71-91.
- ARAUJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, vol. 44, n° 1, 2001. Scielo.org.
- BARSTED, Leila Linhares. Gênero e direitos humanos. *Direitos Humanos: novos sujeitos e novas práticas*. Proposta, n° 92, mar/mai, Rio de Janeiro, FASE, 2002: 84-89.
- BLAY, Eva Alterman. As prefeitas. A participação política da mulher no Brasil. Rio de Janeiro, Avenir Editora Limitada, sem data.
- BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. *Dados*, 1999, vol. 42, n° 4. Scielo.org.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989: 107-132.
- BRASILEIRO, Ana Maria. O município como sistema político. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviços de Publicações, 1973.
- BREMAEKER, François E.J. Perfil do prefeito brasileiro: 1989-1992. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas. *Série Estudos Especiais* n° 2, 1990 (1ª ed.).
- BREMAEKER, François E.J. A Evolução do FPM: a principal fonte de recursos dos municípios. *Revista de Administração Municipal*, ano XL, n° 209, outubro/dezembro, 1993: 77-90.
- CAVALLIERI, Paulo Fernando A. O Prefeito Eleito – Questão de Posição. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, IBAM, n° 152, ano XXIV, julho/setembro, 1979: 40-55.
- DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- GARCIA, Marie-France. O segundo sexo do comércio: Campanhas e negócios no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, *Revista Ciências Sociais*, ANPOCS, n° 19, ano 7, jun. 1992: 84-102.
- GONÇALVES, Marcus Flávio. Manual do Prefeito, Rio de Janeiro, IBAM, 2000 (11ª edição).
- GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sonia Malheiros. Transformando a diferença: mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n° 1, Florianópolis, CFH/UFSC, 2001: 167-206.
- LAUFER, Jacqueline; MARRY, Catherine et MARUANI, Margaret (dir.) – Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme. Paris, Presses Universitaires de France, 2001.
- LAVINAS, Lena; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife. *Dados*, 2000, vol. 43 n° 3. ISSN 0011-5258. Scielo.org.
- Manual de obtenção de recursos federais para municípios. Orientação aos prefeitos (sem intermediação de terceiros). Câmara dos Deputados, João Sampaio, Deputado Federal, Brasília, 2001.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal, Brasileiro*. São Paulo, Malheiros Editores, 1993, p. 455.
- MOURA, Rosa and KORNIN, Thais. (Des) construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000. *Revista de Sociologia Política*, n° 16, junho, 2001.
- MUEL-DREYFUS, Francine. *Vichy et l'éternel féminin. Contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps*. Éditions du Seuil. Paris, 1996.
- NEVES, Delma Pessanha. A territorialidade e a gestão das reivindicações políticas. A imprensa escrita como fonte documental. Versão preliminar. Rio de Janeiro, relatório de pesquisa apresentada ao CPDA/FAPERJ, mim. , 1997 (Norte Fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas. *Revista Rio de Janeiro*, 2008, no prelo).
- NEVES, Delma Pessanha. A perversão do trabalho infantil. Niterói, Intertexto, 1999.
- PALMEIRA, Moacir. Eleição Municipal, Política e Cidadania. *Raízes, Campina Grande*, vol. 27, n° 1, p. 10-28, jan./jun. 2008

Rio de Janeiro, mim., s/d.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. Cidadania e democracia: o sentido das eleições municipais. Rio de Janeiro, FASE, Proposta, nº 69, jun, 1996: 23-27.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e governo local. Dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Revan: FASE 2001.

SCOTT, Joan W. “La querelle des femmes” no final do século XX. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, 2001:

SINEAU, Mariette – Des femmes en politique. Paris, Ed. Economica, 1988.

SOUZA, Celina. Elites ou lobbies: quem formula as políticas públicas brasileiras? Revista Brasileira de Ciências Sociais, Junho 2001, v. 16, nº 46. Scielo.org.

TABAK, Franny – A mulher brasileira no Congresso Nacional. Obra vencedora do 4º Prêmio Poder Legislativo. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.

TABAK, Franny e TOSCANO, Moema. Mulher e política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº 48, fevereiro, 2002: 61-89.

TOSCANO, Moema. A Mulher na Política. TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. Mulher e política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982: 53-83.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP, Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília, NEAD, Artigo do Mês, 2001. <http://www.nead.gov.br/artigos/godomes/>

## ANEXO

Distribuição dos municípios brasileiros administrados por prefeituras, segundo Estado, Região de pertencimento e faixa populacional (2000).

Regiões e estados	Número de municípios segundo faixa populacional (1000 hab.)						Total
	até 5	5-10	10-20	20-50	50-100	100 e +	
<b>Norte</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>34</b>
Acre				1			1
Amapá	1						1
Amazonas		1		1			2
Pará			4	4	3		11
Tocantins	6	4				2	12
Rondônia				3	1		4
Roraima		1	1			1	3
<b>Nordeste</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>49</b>	<b>33</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>148</b>
Alagoas	1	3	4	2		2	12
Bahia		6	8	10	1		25
Ceará		4	9	7	2		22
Maranhão	1	3	6	6	2	1	19
Paraíba	7	3	5	1	1		17
Pernambuco		1	4	6	2	1	14
Piauí	9	6	6	1			22
Rio Grande do Norte	4		4		1	2	11
Sergipe	2	1	3				6
<b>Centro-oeste</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>1</b>		<b>30</b>
Goiás	8	3	2	6	1		20
Mato Grosso	2	3					5
Mato Grosso do Sul	1	1	2	1			5
<b>Sudeste</b>	<b>22</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>70</b>
Espírito Santo			1				1
Minas Gerais	17	5	9	6	4		41
Rio de Janeiro				2		2	4
São Paulo	5	6	4	4	2	3	24
<b>Sul</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>5</b>		<b>3</b>	<b>31</b>
Paraná	2	5	8	2		1	18
Santa Catarina	1	2		1		1	5
Rio Grande do Sul	2	3		2		1	8
<b>Total Geral</b>	<b>69</b>	<b>61</b>	<b>80</b>	<b>66</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>313</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Observação: A redução do número de municípios se deve à ausência do tipo de dado considerado na tabela para quatro deles.